

Investimentos Federais na Região Nordeste no Período de 2010 a 2018

Antônio Ricardo de Norões Vidal¹

1 INTRODUÇÃO

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE está elaborando um conjunto de trabalhos que tratam do fluxo circular da renda no Nordeste e Estados. Referido fluxo corresponde aos recursos produtivos e de bens e serviços entre os diversos agentes econômicos, a exemplo de empresas, famílias e governo. O fluxo circular da atividade econômica mostra a maneira pela qual indivíduos, empresas e governo interagem na economia e no âmbito territorial.

O presente trabalho, por sua vez, analisa a “entrada” de recursos federais nas regiões e seus Estados, via investimentos das estatais e das agências de fomento oficiais. O objetivo é avaliar o grau de dispersão destes investimentos no País, se existe concentração em algumas regiões ou se os Estados mais pobres têm o mesmo peso na distribuição destes recursos.

Os investimentos públicos são de grande relevância para a Região Nordeste. Associados às transferências vinculadas a receitas federais e do mercado externo, são elementos de impacto para a economia regional.

2 INVESTIMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

A volatilidade dos investimentos públicos deixa marcas profundas nos setores produtivos dos Estados do Nordeste. No período 2010 a 2018, série de análise do presente texto, observa-se uma substancial variação dos investimentos federais na Região Nordeste. As estatísticas apresentadas na Tabela 1 permitem avaliar o grau de dispersão dos investimentos na Região.

¹ Economista, Coordenadora de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, BNB/ETENE

Tabela 1: Estatísticas dos Investimentos Federais – 2010 a 2018 – R\$ Milhões de 2018

Regiões	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Nordeste	13.834	10.077	0,73
Norte	2.393	1.169	0,49
Sudeste	28.453	16.753	0,59
Sul	4.044	4.191	1,04
Centro-Oeste	558	256	0,46
Nacional	46.299	13.070	0,28
Exterior	11.864	4.762	0,40
Brasil	107.445	36.169	0,34

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração BNB/ETENE.

A grande dispersão dos investimentos na Região, medida pelo Coeficiente de Variação (CV = Desvio Padrão/Média), se deve a amplitude da variação ao longo da série. O Nordeste, com um grau de dispersão de 0,73, é uma das duas regiões em que a média da série não é representativa do conjunto de dados. Os investimentos têm seu pico em 2012, R\$ 26,5 bilhões, e encontram seu pior resultado em 2018, R\$ 2,8 bilhões.

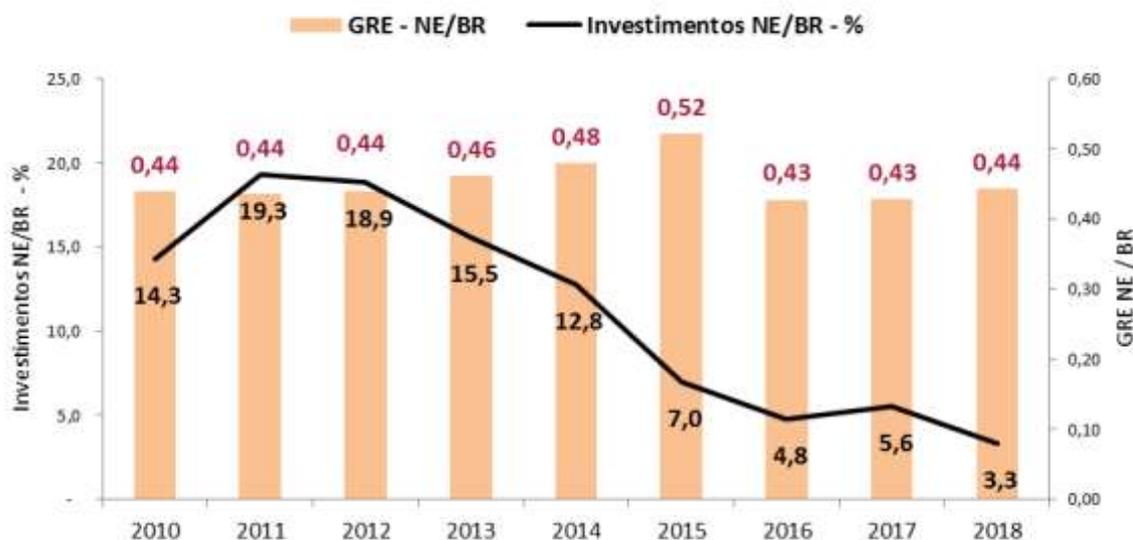
Cabe destacar que parece não existir nenhuma relação entre os investimentos realizados e as políticas de saneamento financeiro desenvolvidas pelos Estados do Nordeste.

No período de 2000 a 2018, o indicador de endividamento dos Estados da Região, que relaciona a dívida consolidada líquida com a receita corrente líquida, saiu de 1,38, em 2000, e caiu para 0,54, em 2018, um resultado significativo, em que no final de 2018, tinha-se, para cada real de receita, apenas R\$ 0,54 de dívida.

Vale ressaltar, novamente, que o ano de 2018 foi o pior em termos de alocação de recursos da União para a Região. O Gráfico 1, reflete esta dicotomia entre a participação dos investimentos federais no Nordeste e no Brasil, e a relação entre o Grau de Endividamento dessa Região e do Brasil.

No período em análise, a participação do Nordeste no total dos investimentos federais, chegou a 19,3% em 2011, menor que a participação da população do Nordeste no total do Brasil, em torno dos 28,0%, mas maior que a participação da Região no PIB brasileiro, que gira em 14,5%. Vê-se que esta participação caiu continuamente a partir de 2011, chegando a apenas 3,3% em 2018. Enquanto isto, o índice de endividamento dos Estados do Nordeste tem uma média de apenas 45,3% do índice nacional, atestando que a Região produziu, no período, ações que sanaram as contas públicas estaduais, em que sua dívida consolidada líquida representa 0,54 da receita corrente líquida em 2018. Tal saneamento não se converteu em mais investimentos para a Região.

Gráfico 1: Participação dos Investimentos Federais do Nordeste (%) e a Relação do Grau de Endividamento do Nordeste no Brasil



Fonte: Tesouro Nacional e Ministério de Planejamento. Elaboração BNB/ETENE.

No processo de alocação de investimentos federais, o principal receptor é a categoria “nacional”, quando a localização transcende os limites de uma ou mais regiões. Cabe destacar que os investimentos nesta categoria são, em sua grande parte, no setor de petróleo e gás, que atualmente está em processo de desestatização. Da mesma forma, no âmbito da Região Nordeste, a categoria “todos os Estados”, uma das que mais recebeu recursos, os principais investimentos são nos setores de petróleo e gás e de energia.

Os investimentos públicos, em nível federal, no Brasil, somaram R\$ 135,8 bilhões em 2010, e caíram para R\$ 84,8 bilhões em 2018, perda de -37,6% no período, e -4,1% na média anual. Enquanto isto, os investimentos na categoria “nacional”, saíram de R\$ 31,1 bilhões em 2010, e chegaram a R\$ 65,1 bilhões em 2018, um crescimento de +109,5% no período, e +9,7% na média anual.

Os investimentos na Região Nordeste, em 2010, foram de R\$ 19,4 bilhões e caíram para R\$ 2,8 bilhões, em 2018, perda de -85,4% no período, e -8,0% na média anual. Em termos de perdas de investimento, a Região Nordeste só foi superada pela Região Sul, no período (-96,4%) e na média anual (-8,8%). No entanto, cabe ressaltar que esta Região é menos dependente dos recursos públicos federais, tanto dos investimentos quanto das transferências vinculadas à receitas federais, em relação à Região Norte. São estes tipos de desigualdades que devem ser atacadas pelo setor público nacional.

Tabela 2: Investimentos Federais – 2010 a 2018 – R\$ Milhões de 2018

Região/Estados	2010 (R\$)	2018 (R\$)	Variação no Período (%)	Variação Média Anual (%)
Alagoas	226,2	163,9	-27,5	-3,9
Bahia	3.285,7	20,3	-99,4	-47,1
Ceará	121,9	107,6	-11,7	-1,5
Maranhão	372,1	0,1	-100,0	-66,9
Paraíba	2,7	0,0	-98,1	-39,2
Pernambuco	7.866,3	386,9	-95,1	-31,4
Piauí	444,2	150,7	-66,1	-12,6
Rio Grande do Norte	483,8	3,2	-99,3	-46,6
Sergipe	26,0	6,1	-76,5	-16,6
Todos os Estados	6.599,6	1.997,9	-69,7	-13,9
Nordeste	19.428,5	2.836,8	-85,4	-21,4
Norte	3.142,5	983,3	-68,7	-13,5
Sudeste	54.466,4	8.066,6	-85,2	-21,2
Sul	8.706,4	311,9	-96,4	-34,0
Centro-Oeste	705,8	193,1	-72,6	-15,0
Nacional	31.060,9	65.057,5	109,5	9,7
Exterior	18.293,4	7.354,1	-59,8	-10,8
Brasil	135.803,9	84.803,3	-37,6	-5,7

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração: BNB/ETENE.

Especificamente no Nordeste, verificando-se a variação média anual (Tabela 2), tem-se que as perdas médias variaram de -1,4% (Ceará) a -9,0% (Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte). No caso do Estado do Ceará, sendo um dos três maiores Estados da Região, destaca-se a pequena parcela que ele detém do total de investimentos federais, no período 2010 – 2018 apenas 0,2%, R\$ 1,8 bilhão, vide Tabela 3.

Tabela 3: Participação da Região Nordeste e Estados nos Investimentos Federais - %

Região/Estados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2010-2018	2010-2018 ICMS
Alagoas	0,17	0,11	0,11	0,11	0,10	0,17	0,31	0,32	0,19	0,2	0,8
Bahia	2,42	2,21	1,18	1,40	0,51	0,11	0,07	0,08	0,02	1,1	4,6
Ceará	0,09	0,20	0,36	0,28	0,20	0,08	0,03	0,03	0,13	0,2	2,4
Maranhão	0,27	0,60	0,80	0,33	0,17	0,02	0,01	0,00	0,00	0,3	1,3
Paraíba	0,002	0,003	0,007	0,010	0,004	0,002	0,001	0,001	0,0001	0,004	1,1
Pernambuco	5,79	11,16	11,60	9,02	6,43	1,59	0,54	0,66	0,46	6,4	3,2
Piauí	0,33	0,37	0,33	0,17	0,14	0,20	0,27	0,34	0,18	0,3	0,8
Rio Grande do Norte	0,36	0,28	0,17	0,11	0,30	0,02	0,04	0,004	0,004	0,2	1,1
Sergipe	0,02	0,03	0,09	0,18	0,08	0,05	0,01	0,01	0,01	0,1	0,7
Todos os Estados	4,86	4,31	4,23	3,94	4,85	4,73	3,51	4,11	2,36	4,2	-
Nordeste	14,31	19,27	18,86	15,55	12,78	6,98	4,79	5,56	3,35	12,9	15,9

Fonte: Ministério do Planejamento e Banco Central. Elaboração BNB/ETENE.

A comparação entre as duas últimas colunas da Tabela 3 mostra a diferença entre a importância econômica dos Estados do Nordeste, medida pela sua participação na arrecadação total do ICMS, e a política de investimento federal em cada Estado. O único Estado que destoa na Região, é Pernambuco, em que sua participação nos investimentos públicos totais (6,4%), no período 2010-2018, é maior que sua participação na arrecadação de ICMS (3,2%). Os investimentos no Estado centraram-se, preponderantemente, na refinaria Abreu e Lima (80,0%), que atualmente faz parte do plano de desinvestimento ou venda de ativos, da Petrobrás.

Entre os Estados da Região que menos receberam recursos federais, o mais sintomático é a Paraíba, 0,004% no período 2010-2018, quando tem uma participação na arrecadação de ICMS de 1,1%. Os outros Estados que superam a Paraíba, na captação de recursos federais, mas que ficam abaixo de suas participações na arrecadação de ICMS são: Sergipe (0,1%), Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas (0,2%, cada), Maranhão e Piauí (0,3%, cada).

A participação da Bahia nos investimentos federais foi de 1,1%, quando detém uma participação de 4,6% na arrecadação de ICMS, estando entre os dez Estados com maior arrecadação do tributo. Os investimentos na Bahia concentraram-se na Refinaria Landulpho Alves (64,8%), que também faz parte do projeto de desinvestimento da Petrobrás, na armazenagem e regaseificação de gás natural (13,7%) e energia eólica, em Casa Nova (9,0%).

Buscando ainda refinar a avaliação da política de investimentos federais na Região Nordeste, criou-se o indicador que relaciona a participação destes investimentos em cada Estado ou Região com o total, e a participação da população destes com o total. O indicador pode sinalizar que elementos foram contemplados na alocação de recursos em cada Estado, se saíram de uma política estratégica, ou se são oriundos de sua força política para a captação de recursos. Excluiu-se do cálculo os investimentos realizados nas categorias “nacional” e “exterior”.

Tabela 4: Relação Entre a Participação dos Investimentos e a População

Região/Estados	2010 - 2018	Part. Investimento - %	Part. População - %	Relação Investimento/População
Alagoas	1.476,3	0,3	1,6	0,2
Bahia	10.678,9	2,4	7,4	0,3
Ceará	1.767,0	0,4	4,4	0,1
Maranhão	2.984,1	0,7	3,4	0,2
Paraíba	39,2	0,0	1,9	0,0
Pernambuco	62.277,5	14,0	4,6	3,1
Piauí	2.480,7	0,6	1,6	0,4
Rio Grande do	1.634,3	0,4	1,7	0,2
Sergipe	617,8	0,1	1,1	0,1
Todos os Estados	40.549,5	9,1	-	-
Nordeste	124.505,2	28,1	27,7	1,0
Norte	21.537,5	4,9	8,5	0,6
Sudeste	256.076,4	57,7	42,0	1,4
Sul	36.399,8	8,2	14,3	0,6
Centro-Oeste	5.019,0	1,1	7,5	0,2
Brasil	443.537,8	100,0	100,0	-

Fonte: Ministério do Planejamento, Banco Central, IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Valores a preços de 2018. (2) Foram excluídas do total de investimentos, as categorias “nacional” e “exterior”.

A relação entre as participações dos investimentos e da população pode ser descrita como:

$$Relação \frac{Investimentos}{População} = \frac{\frac{Investimentos \text{ no estado/região}}{Investimentos \text{ totais}}}{\frac{População \text{ no estado/região}}{População \text{ total}}}$$

Quando o indicador é acima de um, mostra que o Estado ou Região está recebendo investimentos federais, em termos relativos, acima da participação de sua população na população brasileira, ou seja, o investimento *per capita* é maior que a média brasileira.

A relação entre investimentos e população, na Região Nordeste é um, em função dos investimentos realizados no Estado de Pernambuco, mais precisamente na refinaria Abreu e Lima, já comentado acima. Todos os outros Estados do Nordeste têm uma relação igual a 0,4 (Piauí), ou abaixo.

O indicador do Estado da Paraíba é zero. Os valores dos outros Estados são: Ceará e Sergipe (0,1, cada), Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Norte (0,2, cada), Bahia (0,3). A Região Centro-Oeste, com indicador 0,2, torna-se tão mal aquinhada em relação à escassez de recursos federais, quanto o Nordeste (0,1).

O Sudeste é a única em que a relação é acima de um (1,4) e, apesar de ser a Região mais desenvolvida do País, com maiores investimentos em infraestrutura, é ainda a que mais recebe recursos públicos, tornando a distribuição dos recursos públicos assimétrica, em que os Estados menos desenvolvidos são os que menos recebem.

O Nordeste apresenta uma variação real negativa, em quase todos os anos da série em análise (2010-2018), ver Tabela 4. Apenas nos primeiros anos da série, ocorreram variações positivas, de certo modo expressivas, 2011 (+23,6%) e 2012 (+10,3%). Em 2017, pode-se dizer que os investimentos ficaram estáveis, pois cresceram apenas +0,4%.

Tabela 5: Variação Real dos Investimentos Federais na Região Nordeste - %

Região/Estados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alagoas	-41,9	21,8	1,5	-27,6	34,1	19,2	-10,8	-2,5
Bahia	-16,1	-40,0	30,2	-71,5	-82,9	-57,2	-9,8	-50,1
Ceará	109,4	95,4	-13,5	-43,4	-69,4	-78,8	-0,2	579,5
Maranhão	101,2	50,2	-55,5	-58,9	-88,8	-68,7	-89,6	-92,8
Paraíba	25,0	187,8	62,7	-67,4	-55,2	-86,6	-6,6	-82,5
Pernambuco	76,9	17,2	-15,1	-43,5	-81,0	-78,2	7,0	11,4
Piauí	3,6	0,2	-41,9	-36,8	9,5	-11,9	9,8	-15,9
Rio Grande do Norte	-28,5	-32,3	-30,2	124,0	-96,1	51,7	-90,4	55,6
Sergipe	26,8	281,3	114,1	-63,8	-48,0	-89,8	-20,5	49,0
Todos os Estados	-18,6	10,5	1,9	-2,5	-25,0	-52,0	1,2	-7,0
Nordeste	23,6	10,3	-10,0	-34,9	-58,0	-55,6	0,4	-2,4
Brasil	-8,2	12,7	9,2	-20,7	-23,1	-35,3	-13,6	62,3

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Para o cálculo da variação real, foi usado o IPCA médio de cada ano.

A análise mais detalhada dos investimentos públicos realizados na Região Nordeste, ver Tabelas 6 e 7, mostra que foram aplicados R\$ 124,5 bilhões no período 2010 – 2018, a preços de 2018. Deste valor, R\$ 40,5 bilhões foram aplicados na rubrica “Nordeste, todos os Estados”, já que a alocação transcende os limites de um ou mais Estados e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados. A maior parte destes recursos foram para os sistemas de produção de óleo e gás (69,4%), R\$ 28,2 bilhões. A seguir, vem o setor de energia (ampliação, transmissão e infraestrutura de usinas termoelétricas), R\$ 9,8 bilhões.

Em Alagoas foi aplicado R\$ 1,5 bilhão, que representa 1,2% do valor investido na Região. A maior parte dos recursos se concentrou no setor de energia, 92,0%, R\$ 1,4 bilhão.

A Refinaria Landulpho Alves foi a obra que mais recebeu recursos no Estado da Bahia (64,8%), R\$ 6,9 bilhões. Hoje é um ativo que faz parte do processo de desinvestimento da Petrobrás. Os outros dois empreendimentos que mais receberam recursos no Estado foram o projeto de

“Armazenagem e regaseificação de gás natural e outras obras de petróleo” (13,8%) e o projeto de “Energia eólica em Casa Nova e outras obras de energia” (9,5%). Foram investidos no período, na Bahia, R\$ 10,7 bilhões, que representam 8,6% do total aplicado na Região.

O Estado do Ceará recebeu um aporte de R\$ 1,8 bilhão de recursos da União. O principal investimento foi a Refinaria Premium II, R\$ 756 milhões (43,3% da aplicação no Estado) e que foi desativada pela Petrobrás. A empresa Qingdao mostra interesse ao Estado, em instalar uma refinaria com características semelhantes à Premium II e também pretende implantar uma petroquímica. O segundo setor que mais recebeu recursos foi o Porto de Fortaleza, R\$ 427,1 milhões (24,2% do total do Estado). A seguir, vem as obras no Aeroporto Internacional, R\$ 126,0 milhões (7,1% do total aplicado no Estado), que foi licitado pelo Governo Federal e a empresa Fraport AG conquistou a concessão por 30 anos. A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), recebeu R\$ 85,7 milhões (4,8% do total aplicado no Estado), e está no processo de desinvestimento da Petrobrás. A Usina de biodiesel de Quixadá, que foi desativada em 2016, e está no plano de desinvestimento da Petrobrás, recebeu R\$ 47,8 milhões dos investimentos no Estado (2,7%). Existem grupos internacionais e nacionais interessados em reativá-la.

Tabela 6 - Principais Investimentos no Nordeste – Preços de 2018 – R\$ Milhões (continua)

Estados/ Região	2010 - 2018	Participação Acumulada - %
NORDESTE, TODOS OS ESTADOS¹	40.549,59	-
Sistemas de produção de óleo e gás	28.155,81	69,4
Energia: ampliação, transmissão e infraestrutura de usinas termoeletricas	9.846,64	93,7
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	469,02	94,9
Petroquímica	1.140,77	97,7
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	367,01	98,6
Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária/outras obras	59,70	98,7
ALAGOAS	1.476,27	-
Energia	1.358,68	92,0
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	29,69	94,0
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	46,40	97,2
BAHIA	10.678,84	-
Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento	409,81	3,84
Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Candeias	162,72	5,36
Refinaria Landulpho Alves	6.922,49	70,19
Armazenagem e regaseificação de gás natural/outras obras de petróleo	1.468,47	83,94
Energia eólica em Casa Nova/outras obras de energia	1.009,32	93,39
Porto e Aeroporto	96,13	94,29
CEARÁ	1.767,0	-
Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional/outras obras	125,98	7,1
Implantação da Refinaria Premium II	765,57	50,5
Modernização e Adequação do Sistema de Produção da LUBNOR	85,66	55,3
Implantação de Sistema de Defensas no Porto de Fortaleza/ outras obras no porto	427,13	79,5
Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Termo Ceará (Petrobras)	36,91	81,6
Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Quixadá	47,83	84,3
Instalação de pontos de atendimento bancário/ instalação de bens imóveis	100,47	90,0

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Para o cálculo da variação real, foi usado o IPCA médio de cada ano.

No Maranhão, o maior aporte de recursos foi para a Refinaria Premium I, que seria instalada no município de Bacabeira. Dos R\$ 3,0 bilhões aplicados no Estado, R\$ 2,7 bilhões foram para a refinaria (90,1% do total aplicado no Estado). A Refinaria Petroquímica do Brasil, projeto executado em parceria com empresas chinesas, incluindo a Sinopec, pretende instalar uma planta no espaço que seria da Premium I. Outros R\$ 211,7 milhões foram aplicados no setor de energia (7,1% do total aplicado).

Tabela 7: Principais Investimentos no Nordeste – Preços de 2018 – R\$ Milhões (continuação)

Estados/ Região	2010 - 2018	Participação Acumulada - %
MARANHÃO		
	2.984,12	-
Implantação da Refinaria Premium I	2.689,53	90,1
Energia	211,71	97,2
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	40,15	98,6
Adequação do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado	28,08	99,5
PARAÍBA		
	39,18	-
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	39,18	100,0
PERNAMBUCO		
	62.277,5	-
Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque Industrial/outras obras	120,84	0,2
Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia/outras obras	1.085,40	1,9
Refinaria Abreu e Lima	49.784,44	81,9
Petroquímica	10.883,47	99,4
Energia	142,36	99,6
PIAUI		
	2.480,65	-
Energia	2.345,19	94,5
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	19,67	95,3
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	54,29	97,5
RIO GRANDE DO NORTE		
	1.634,3	-
Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão	813,80	49,8
Obras no Complexo Aeroportuário em São Gonçalo do Amarante	171,04	60,3
Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca/ outras obras	359,43	82,3
Implantação de Parque Eólico para Geração de Energia Elétrica	90,91	87,8
Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal/outras obras	130,59	95,8
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	36,99	98,1
SERGIPE		
	617,8	-
Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados	526,34	85,2
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	37,08	91,2
Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju	51,51	99,5

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Para o cálculo da variação real, foi usado o IPCA médio de cada ano.

A Paraíba foi o Estado do Nordeste que menos recebeu recursos federais no período, R\$ 39,2 milhões. Estes recursos foram para instalação de pontos de atendimento bancário, nada para o sistema de óleo e gás, nada para energia, para portos e aeroportos e petroquímica, como o ocorrido nos outros Estados.

Dos R\$ 124,5 bilhões aplicados na Região Nordeste, 50,0% se concentram em Pernambuco, e R\$ 49,8 bilhões na Refinaria Abreu e Lima (79,9% do total aplicado no Estado), que faz parte do plano de desinvestimento da Petrobrás. Ela atualmente processa 115 mil barris diários de petróleo, no primeiro de dois trens de processamento planejados, com produção focada em

diesel (70%). O segundo maior empreendimento no Estado é o complexo Petroquímico, situado em Ipojuca (Suape), no valor de R\$ 10,9 bilhões (17,5% do total aplicado no Estado).

A Petrobrás se desfez de 100% das ações da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), para o grupo mexicano Alpek. A implantação da indústria de hemoderivados e biotecnologia e outras obras, recebeu R\$ 1,1 bilhão de recursos (1,9% do Estado). A obra foi interrompida em 2017, e está sendo retomada aos poucos.

No Piauí, 94,5% dos recursos aplicados, R\$ 2,5 bilhões, se concentram na área de energia: ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica, R\$ 1,3 bilhão; ampliação do sistema de transmissão e ampliação e manutenção da rede urbana de distribuição, R\$ 788 milhões e produção de perdas técnicas e comerciais na área de concessão da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), R\$ 239,5 milhões.

O total de recursos aplicados no Rio Grande do Norte foi de R\$ 1,6 bilhão. O principal investimento ocorreu na Refinaria Clara Camarão, R\$ 813,8 milhões (49,8% do total aplicado no Estado). Seguem a ampliação do terminal salineiro de Areia Branca e outras obras, R\$ 359,4 milhões (22,0% do total), obras no complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante, R\$ 171 milhões (10,5% do total) e a implantação do terminal marítimo de passageiros, no Porto de Natal e outras obras, R\$ 130,6 milhões (8,05 do total).

A Refinaria Potiguar Clara Camarão, situada no Polo Industrial Petrobrás de Guamaré, produz diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação e gasolina automotiva, o que faz do Rio Grande do Norte o único Estado do País autossuficiente na produção de todos os tipos de derivados de petróleo. A Refinaria atende os mercados do Rio Grande do Norte e do sul do Ceará.

O sal movimentado no terminal salineiro de Areia Branca, da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, mais conhecido como Porto-Ilha, têm como principais destinos o mercado internacional e as indústrias de cloro brasileiras. O Estado é o maior produtor de sal do País.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-SE) recebeu 85,2% dos investimentos federais no Estado de Sergipe, no período 2010 – 2018, R\$ 617,8 milhões. A Fafen-SE conta com uma planta de produção de sulfato de amônio, com capacidade para produzir até 303 mil toneladas/ano, o que equivale a 80% da importação da Região Nordeste em 2014. A Petrobrás iniciou o processo de arrendamento da fábrica, e começou o processo de hibernação (perda progressiva de produção). A ideia é a privatização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Nordeste recebeu R\$ 124,5 bilhões de recursos federais, no período 2010 – 2018. Deste total, R\$ 103,8 bilhões foram aplicados em obras da Petrobrás (83,4%). Uma parte destes empreendimentos foram desativados (Premium I e II) ou estão no plano de desinvestimento da empresa, deixando de agregar valor à infraestrutura da Região, ou provocando incertezas quanto ao futuro destes. O que se percebe é que não existe um plano estratégico, de médio e longo prazo, de investimentos federais, com o objetivo de reduzir as disparidades econômico-sociais entre as regiões brasileiras.

Os investimentos federais na Região Nordeste, têm uma grande volatilidade, tiveram seu pico em 2012, R\$ 26,5 bilhões (preços de 2018), e encontram seu pior resultado em 2018, R\$ 2,8 bilhões.

A priori, não parece existir nenhuma correlação entre as políticas de saneamento financeiro, desenvolvidas pelos Estados do Nordeste e os investimentos federais realizados na Região. Enquanto o Grau de Endividamento dos Estados, caiu consideravelmente no período, os recursos investidos também caíram, sinalizando que a saúde financeira dos Estados, não é uma variável que foi levada em conta na política de investimentos da União.

Excluindo-se o Estado de Pernambuco, em que a maior parte dos recursos foi para a Refinaria Abreu e Lima, que faz parte do plano de desinvestimento da Petrobrás, a maioria dos Estados do Nordeste detém, no máximo, 0,3% do total investido pela União no período em análise, à exceção da Bahia (1,1%). Cabe destacar que 64,8% dos investimentos realizados na Bahia se concentram na Refinaria Landulpho Alves, que também faz parte do plano de desinvestimento da Petrobrás.